

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - QUESTIONÁRIO ONLINE

1. Nome do projeto: O(a) senhor (a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "Aplicação dos precedentes qualificados na administração pública à luz dos princípios da isonomia entre beneficiários e da eficiência administrativa".

2. Características e objetivos gerais da pesquisa: A pesquisa está sendo conduzida sob a responsabilidade do Professor Doutor Kaizô Iwakami Beltrão (orientador) e do pesquisador André Luiz Coelho Lisboa, mestrando em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE FGV), campus do Rio de Janeiro/RJ, e não conta com financiamento. O pesquisador e mestrando é Procurador Federal da Advocacia-Geral da União, em exercício na divisão da Turma Nacional de Uniformização da Procuradoria Nacional de Contencioso Previdenciário da PGF. A pesquisa está sendo desenvolvida como trabalho final de conclusão do curso de Mestrado em Administração Pública (dissertação de mestrado). Segundo o periódico "Justiça em Números" do Conselho Nacional de Justiça de 2022, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, autarquia federal responsável pela concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social, é o segundo maior acionado pela justiça brasileira (12,75%), perdendo apenas para a Caixa Econômica Federal (15,25%). São demandas que chegam diuturnamente às portas do Poder Judiciário, possuindo a premissa de já terem sido anteriormente analisadas pela Administração Pública, mediante requerimento específico. Cabe, então, aos juízes e tribunais analisarem a legalidade dessas decisões administrativas, dando a solução mais adequada ao litígio. Apesar do grande número de ações de mesma natureza tramitando tanto no Poder Judiciário como no Poder Executivo, em respeito à independência entre os Poderes, uma mesma lei pode levar a interpretações diferentes. Todavia, visando conferir segurança jurídica aos seus julgamentos, o Judiciário conseguiu estabelecer um fluxo uniformizador de sua jurisprudência, ou seja, do pensamento reiterado dos Tribunais Superiores sobre determinadas matérias. Em 2015, por força do novo Código de Processo Civil, o direito brasileiro instituiu os chamados "precedentes qualificados". São eles: "Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante; III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados. Diante desse movimento do Judiciário, e considerando que cabe a ele a última palavra sobre a legalidade dos atos administrativos, emerge a discussão sobre a possibilidade de se aplicar esses mesmos precedentes qualificados no Poder Executivo, de modo a favorecer a redução de litígios e a isonomia entre administrados, não importando a origem de seus direitos (se do Judiciário ou da própria Administração).

3. Procedimentos: Para compreender a percepção e o entendimento de agentes públicos estratégicos, participantes diretamente da política pública de redução da litigiosidade em matéria previdenciária, permitindo a demonstração de convicções, opiniões, nuances, riscos, dentre outros fatores que possam ser captados, será aplicado um questionário integrado, objetivando a extração de informações subjetivas sobre a possibilidade de aplicação dos precedentes qualificados na Administração Pública de forma sistematizada.

4. Participação na pesquisa: Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas do questionário que abarca desde a concordância plena, até a discordância total, seguidas de um campo aberto para as justificativas. O participante terá o tempo necessário para responder às perguntas do questionário em torno de 15 minutos, contudo, basta se atentar ao prazo final limite

para retorno das respostas ao pesquisador, em razão do cronograma da pesquisa. Assim, como prazo final, pede-se gentilmente que o questionário seja respondido até o dia 05 de maio de 2023. Os resultados da pesquisa poderão ser publicados em artigo científico e/ou na dissertação do mestrado. Os dados e os materiais utilizados na pesquisa ficarão exclusivamente sob a guarda do pesquisador e de seu orientador. Nenhum dado que permita a sua identificação será publicado.

5. Voluntariedade e direito de desistência: Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízos.

6. Riscos e benefícios: Não se antevê riscos na sua participação.

7. Direito de confidencialidade: A fim de assegurar sua privacidade, os dados obtidos por meio desta pesquisa não serão identificados, nem acessados por terceiros. Os dados serão todos criptografados usando o Microsoft Windows¹.

8. Garantia de acesso aos dados e dúvidas em geral: Você poderá tirar dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, além de obter acesso aos seus dados, a qualquer momento através dos contatos indicados abaixo:

- André Luiz Coelho Lisboa, pesquisador, mestrando em Administração Pública (alclisboa@gmail.com) e Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (andre.lisboa@agu.gov.br);
- Comitê de Conformidade Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Fundação Getulio Vargas – CEPH/FGV: Praia de Botafogo, 190, sala 1511, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-900. Telefone (21) 3799-6216. E-mail: etica.pesquisa@fgv.br.

¹

<https://www.bing.com/search?q=como+criptografar+arquivos&cvid=70906730b8fa47689a80b4371b3ac084&aqs=edge.2.0j69i57j0l7.5860j0j4&FORM=ANAB01&PC=W011&shtp=Email&shid=5f2ebf13-2b9f-463f-9ae5-9c9136dd7ab8&shtk=QWp1ZGEgZGEgTWlcm9zb2Z0&shdk=T2l0ZW5oYSBhanVkJYSBzb2JyZSBzZXVzIHByb2R1dG9zIGRhIE1pY3Jvc29mdCBubyBCaW5n&shhk=VsdBkfOodB%2Bk%2FTMmgXLWtBw24ZWoskjyfiH8y2yy8dQ%3D&shtc=13>